



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA**

*Estado do Espírito Santo*

**DECRETO Nº 4062, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019.**

**APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI Nº 002/2019, QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA DISCIPLINAR AS ROTINAS E PROCEDIMENTOS PARA CUMPRIR A OBSERVÂNCIA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA/ES.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica aprovada os termos da Instrução Normativa nº SFI nº 001/2019, de responsabilidade da Secretaria de Finanças, que dispõe sobre os procedimentos para disciplinar as rotinas e procedimentos para cumprir a observância da ordem cronológica de pagamentos das obrigações financeiras do poder executivo do município de Vargem Alta/ES.

**Art. 2º** Caberá a Secretaria Municipal de Finanças à divulgação das Instruções Normativas ora aprovadas.

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 22 de novembro de 2019.

  
**JOÃO CHRISÓSTOMO ALTOÉ**  
**Prefeito Municipal**

Publicado no Órgão Oficial  
no dia 25 / 11 / 2019

CNPJ: 31.723.570/0001-33



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA**

*Estado do Espírito Santo*

## **INSTRUÇÃO NORMATIVÂ SFI Nº 02/2019**

Versão: 01

Data de Aprovação: 22/11/2019

Ato de Aprovação: Decreto nº 4062/2019

Unidade Responsável: Secretaria Municipal de Finanças

**DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA DISCIPLINAR AS ROTINAS E PROCEDIMENTOS PARA CUMPRIR A OBSERVÂNCIA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA/ES.**

### **CAPÍTULO I DA FINALIDADE**

**Art. 1º** Esta Instrução Normativa tem por finalidade estabelecer as rotinas e procedimentos para cumprir a observância da Ordem Cronológica de Pagamentos das Obrigações Financeiras relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, no Município de Vargem Alta.

### **CAPÍTULO II DA ABRANGÊNCIA**

**Art. 2º** A presente instrução normativa abrange todas as unidades da estrutura organizacional, das Administração Direta e Indireta, no âmbito do poder executivo Municipal de Vargem Alta/ES.

Publicado no Órgão Oficial  
no dia 25/11/2019



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA**

*Estado do Espírito Santo*

## **CAPÍTULO III DA BASE LEGAL**

**Art. 3º** A presente Instrução Normativa integra o conjunto de ações, de responsabilidade do chefe do Poder Executivo, no sentido de disciplinar as rotinas e procedimentos para cumprir a observância da Ordem Cronológica de Pagamentos das obrigações financeiras relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, sobre o qual dispõe:

- I - Lei 8.666/1933, art. 5º;
- II - Lei 10.520/2002;
- III - Lei 4.320/1964.

## **CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES**

**Art. 4º** São responsabilidades da Secretaria Municipal de Finanças como unidade o responsável pela Instrução Normativa:

I - promover a divulgação e implementação desta Instrução Normativa, mantendo-a atualizada e supervisionando sua aplicação;

III - promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a UCCI, para definir as rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem ser objeto de alteração, atualização ou expansão, visando constante aprimoramento das Instruções Normativas;

IV - cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos de controle e prazos e quanto a padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

## **CAPÍTULO V DOS PROCEDIMENTOS**

### **Sessão I - liquidação**

**Art. 5º** Respeitada a Ordem Cronológica de classificação dos créditos, será realizada a Liquidação Contábil da despesa, de acordo com o art. 63 da Lei nº 4.320/1964.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA**

*Estado do Espírito Santo*

**Art. 6º** A Ordem Cronológica de exigibilidade das Obrigações Financeiras **tera início na data do registro contábil da Liquidação da Despesa** e será suspensa até que:

- I – efetuada a entrega por parte do Fornecedor, de toda a documentação exigida pelas normas em vigor;
- II – sanadas as pendências relativas à execução do contrato;
- III – regularizada qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação, momento em que o fornecedor será reposicionado na ordem cronológica a partir da regularização.

**Art. 7º** O fiscal do contrato adotará as providências necessárias para concluir a etapa da liquidação com a certificação do adimplemento da obrigação, no período estipulado no instrumento contratual, e ao final atestará a despesa da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente.

**Art. 8º** a Nota Fiscal ou fatura deverá ser remetida a Secretaria Municipal de Finanças no dia do atesto ou com justificativa, no dia útil imediatamente posterior ao atesto para liquidação contábil da despesa.

## **Sessão II - pagamento**

**Art. 9º** o pagamento das obrigações contratuais deverá observar a Ordem Cronológica de exigibilidade, relativa a:

- I – fornecimento de bens;
- II – locações;
- III – realização de obras;
- IV – prestação de serviços se dará:
  - a) por unidade gestora;
  - b) por fonte de recursos;
  - c) por data do registro contábil da Liquidação da despesa em sistema informatizado, de acordo com o Artigo 63 de Lei nº 4.320/1964.

**Art. 10** Os credores de contratos a serem pagos com recursos vinculados à finalidade ou despesa específica serão ordenados em listas próprias para cada convenio, contrato de empréstimo ou financiamento, fundo especial ou outra origem específica do recurso, cuja obtenção exija vinculação.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA**

*Estado do Espírito Santo*

**Art. 11** No caso de insuficiência de recursos financeiros disponível para quitação integral da obrigação poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da Ordem Cronológica.

**Art. 12** A quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos somente ocorrerá quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente.

**§ 1º** Consideram-se relativas razões de interesse público as seguintes situações:

I - grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

II - pagamento à microempresa, empresa de pequeno porte e demais beneficiários do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

III - pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

IV - pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de um serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional;

V - para afastar o risco de prejuízo ao erário, se houver indícios de falsidade ou irregularidade grave de liquidação da despesa que resulte em fundada dúvida quanto à certeza e liquidez da obrigação de pagar;

VI - perda da regularidade fiscal após a liquidação da despesa e antes da realização do pagamento.

**§ 2º** - nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Poder Executivo deverá disponibilizar mensalmente no Portal da Transparência a Ordem Cronológica de Pagamentos, bem como justificativas que fundamentem a eventual quebra da ordem.

## **Sessão III – não se aplica a esta Normativa**

**Art. 13** Não se sujeitarão ao disposto nesta Instrução Normativa os pagamentos decorrentes:

I – obrigações tributárias e previdenciárias;

II – sentenças e decisões judiciais ou notificações do Tribunal de Contas;

III – concessionárias de serviços públicos de água, luz, telefonia e correios;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA**

*Estado do Espírito Santo*

- IV – vale transporte e Vale alimentação;
- V – despesas provenientes de créditos adicionais extraordinários;
- VI – despesas com publicações em Diário Oficial e outras publicações de interesse público;
- VII – pagamento de diárias;
- VIII – pagamento de pessoal

## **CAPÍTULO VIII**

### **DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**Art. 14** Os esclarecimentos adicionais a respeito deste instrumento poderão ser obtidos junto a Secretaria Municipal de Finanças e na Unidade Central de Controle Interno que, por sua vez, através de procedimentos de controle e por meio de métodos de amostragem, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional.

**Art. 15** Esta Instrução Normativa deverá ser atualizada sempre que fatores organizacionais, legais ou técnicos assim o exigirem, a fim de verificar a sua adequação aos requisitos da Instrução Normativa SCI 001/2015 (Norma das Normas), bem como manter o processo de melhoria contínua.

**Art. 16** O descumprimento do previsto nos procedimentos aqui definidos será objeto de instauração de sindicância e do processo administrativo disciplinar para apuração da responsabilidade da realização do ato às normas instituídas.

**Art. 17** A realização de procedimento de todas as atividades envolvidas, sem a observância das tramitações e controles estabelecidos nesta Instrução Normativa estará sujeita à responsabilização administrativa, sem prejuízo das demais sanções legais.

**Art. 18** Toda e qualquer irregularidade encontrada pelos servidores responsáveis pela Secretaria Municipal de Finanças do Município de Vargem Alta, bem como nas demais unidades sujeitas à observância desta Instrução Normativa, deverão obrigatoriamente ser comunicados à autoridade competente, bem como à Unidade Central de Controle Interno – UCCI.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA**


*Estado do Espírito Santo*

**Art. 19** As unidades da estrutura organizacional do município se obrigam a cumprir e zelar pelo fiel cumprimento dos procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa.

**Art. 20** A não observância das condições e procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa constitui omissão de dever funcional, e poderá sujeitar os servidores e agentes que procederem indevidamente a imputação de responsabilidade, sem prejuízo de outras medidas administrativas.

**Art. 21** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Alta/ES, 18 de novembro de 2019.

  
**JOÃO CRISTÓVÃO MO ALTOÉ**  
Prefeito Municipal

  
**FREDERICO RODRIGUES SILVA**  
Secretário Municipal de Finanças

  
**CLÁUDIO FÍÓRIO**  
Controlador Geral do Município



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA**

*Estado do Espírito Santo*

## **ANEXO I**

### **ORDEM CRONOLÓGICA DE EXIGIBILIDADES** **Instrução Normativa SFI n 01/2019**

<b>Categoria: I – Fornecimento de Bens – Competência: Mês:</b>									
Empenho	Nº Liquidação	Data	Nº Pagamento	Credor	Processo	Vlr Liquidado	Vlr Liquidado Anulado	Vlr Desconto	Vlr Pago

<b>Categoria: II – Locações – Competência: Mês:</b>									
Empenho	Nº Liquidação	Data	Nº Pagamento	Credor	Processo	Vlr Liquidado	Vlr Liquidado Anulado	Vlr Desconto	Vlr Pago

<b>Categoria : III – Realização de Obras – Competência: Mês:</b>									
Empenho	Nº Liquidação	Data	Nº Pagamento	Credor	Processo	Vlr Liquidado	Vlr Liquidado Anulado	Vlr Desconto	Vlr Pago

<b>Categoria: I V– Prestação de Serviços – Competência: Mês:</b>									
Empenho	Nº Liquidação	Data	Nº Pagamento	Credor	Processo	Vlr Liquidado	Vlr Liquidado Anulado	Vlr Desconto	Vlr Pago

CNPJ: 31.723.570/0001-33



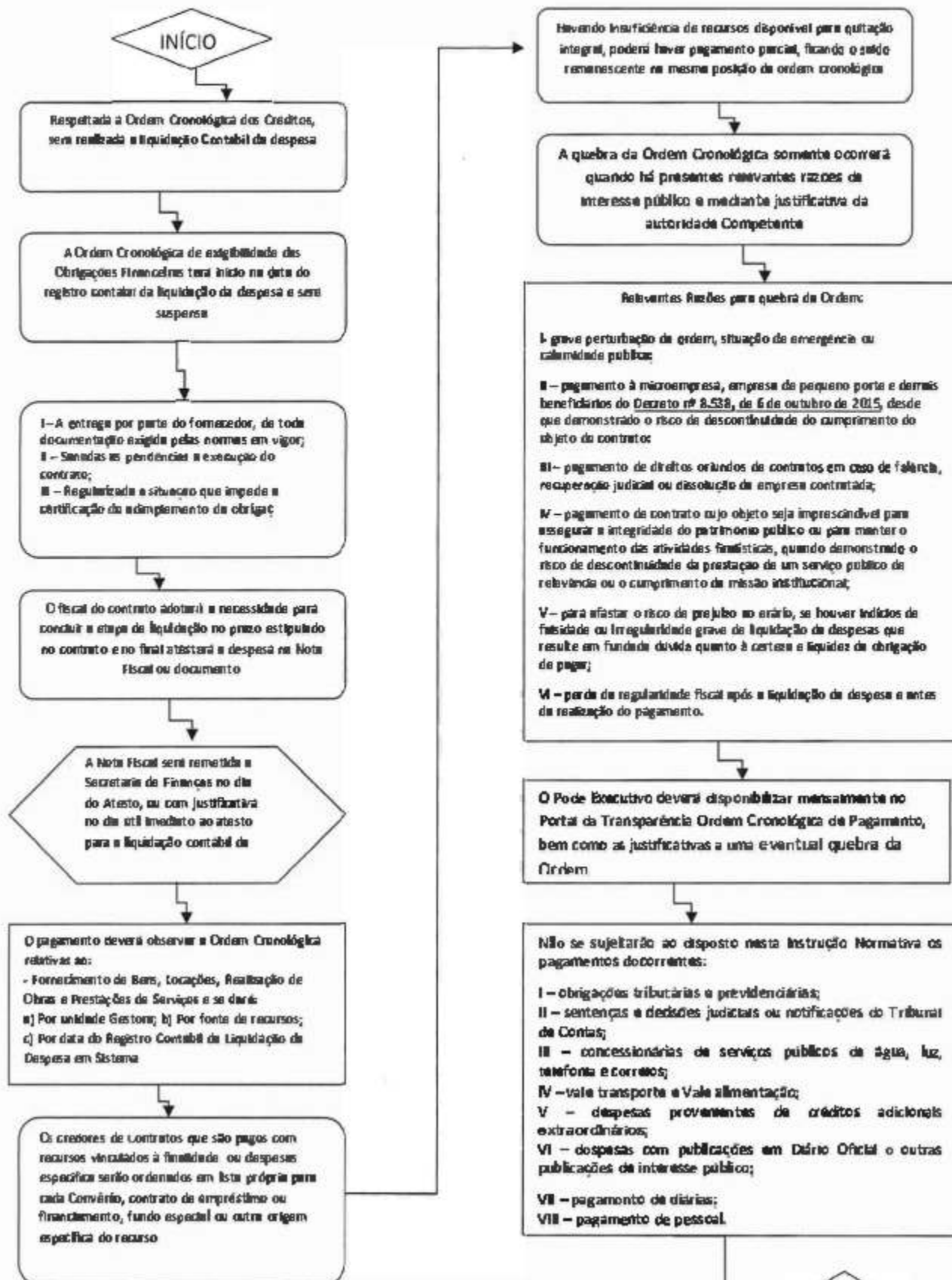


# PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

## Estado do Espírito Santo

### FLUXOGRAMA - ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

#### Instrução Normativa SFI n 01/2019



CNPJ: 31.723.570/0001-33

FIM